
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: UM PERCURSO HISTÓRICO

1. Noções preliminares

A Gramática - disciplina normativa; a Filologia - disciplina dedicada a fixar, interpretar e comentar textos; a Gramática Comparada - disciplina cujo objetivo era a comparação das línguas entre si: são três passos introdutórios para o desenvolvimento da lingüística como ciência, com objeto e método próprios.

Ao caracterizar a língua como objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem, como parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, como algo que, distante da fala, pode ser estudado separadamente, como sendo homogêneo, em oposição à linguagem que é heterogênea, como um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, como algo que pode ser representado fielmente por um dicionário e uma gramática, Saussure consegue estabelecer a língua como objeto de estudo da lingüística.

Compara a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira como é executada; segundo ele, os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada a realidade.

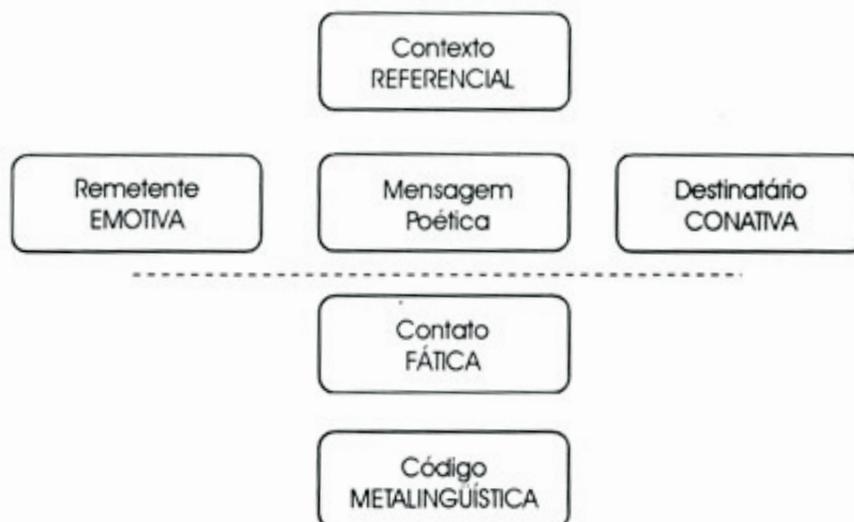
Com essa postura, Saussure nega a fala como objeto de estudo da lingüística, deixando de lado as condições de uso, na comunicação. A sinfonia é estudada em sua estrutura, mas não se dá ouvidos às diferenças em suas possíveis interpretações.

Jakobson (1969), preocupado com a linguagem em ação, dedica-se ao estudo da fala, ou seja, a língua em uso, na comunicação. Aponta, como fatores fundamentais da comunicação lingüística, a mensagem e quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema (topic) da mensagem, e o código utilizado. Afirma, ainda, que a relação entre esses quatro elementos é variável. Apesar de reconhecer a importância da função cognitiva, acredita que a ênfase da mensagem em seu tema está longe de ser a única possibilidade. Dá mais atenção à ênfase da mensagem em outros fatores, principalmente nos dois protagonistas do ato de comunicação, o emissor e o receptor, considerando os elementos lingüísticos que servem para caracterizar quem fala, sua atitude em relação ao que diz e a quem ouve.

A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Para o estudo de suas funções, são levados em conta os fatores constitutivos de todo o processo lingüístico, de todo o ato de comunicação verbal que, segundo Jakobson, apresenta o seguinte funcionamento: o remetente envia uma mensagem ao destinatário. Para ser eficaz, a mensagem requer um contexto a que se refere, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um código total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (codificador e decodificador) e, finalmente, um contato, um canal físico e uma conexão psicológica entre um e outro, que os capacite a entrar e permanecer em comunicação. Cada um desses seis fatores determina uma diferente função da linguagem.

Jakobson reconhece, também, que dificilmente uma mensagem verbal preenche uma única função. Segundo ele, não há, numa mensagem, o monopólio de uma única função, mas sim, uma ordem hierárquica em que se pode detectar a predominância de uma ou outra. Reconhece que, apesar da predominância das mensagens recair sobre o requerente, tendo uma orientação para o contexto, ou seja, apesar de terem uma função referencial, denotativa, cognitiva, o lingüista deve estar atento para a participação adicional de outras funções, tais como a função emotiva, ou expressiva, centrada no remetente, a função conativa, com

orientação para o destinatário, a função fática, orientada para o contato, o canal, a função metalingüística, que focaliza o código e a função poética, voltada para a mensagem. Tais funções podem ser assim esquematizadas:



Esquema de Jakobson

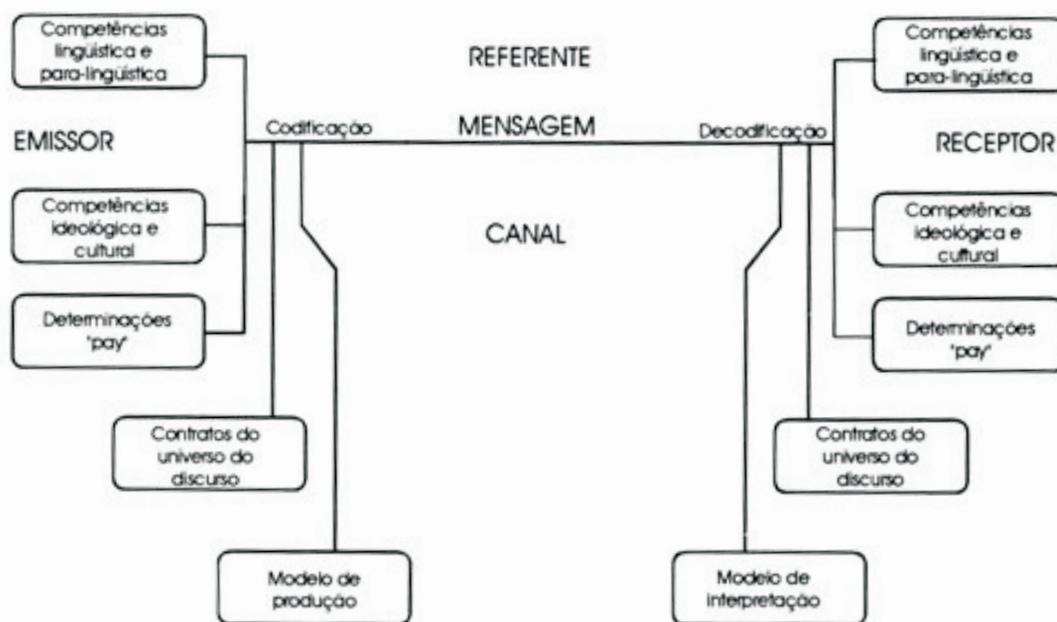
Jakobson, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: CULTREX, 1974.

Com esse esquema, Jakobson coloca em destaque a língua como instrumento de comunicação, o que significa dar início ao processo de "audição das partituras", teoricamente estudadas.

Percebe-se logo que considerar a comunicação como a relação entre emissor e receptor, através de uma mensagem, por intermédio de um código, implica a simplificação de um processo que é, por sua natureza, bastante complexo. A língua é simplesmente um código com o qual se pode comunicar algo a alguém? Esse código é comum a todos os seres que "se comunicam"? O que é a comunicação? É possível passar a outro uma mensagem sem que ela sofra, durante o processo, uma alteração? O que é dito é compreendido da mesma forma por emissor e receptor? Codificação e decodificação se dão no mesmo nível e com igual competência? A competência do emissor é exatamente igual à do receptor? Quando o emissor diz algo, não seria ele seu ouvinte privilegiado? O receptor, diante de uma mensagem recebida, não produz sua própria significação? Mais do que emissão e recepção, o que existe não é uma interlocução?

Tentando responder a essas e outras indagações, a lingüística da fala se desenvolve, e o modelo proposto por Jakobson vai sofrendo modificações.

Orecchioni (1980), em seus estudos sobre a enunciação, chega a reformular aquele modelo inicial de comunicação, acrescentando novos elementos.



Esquema de Orecchioni

Cada vez mais, o sentido passa a ser focalizado nos estudos lingüísticos, e com isso, o componente enunciativo da linguagem torna-se objeto de exploração mais detalhada.

Valoriza-se o sujeito da enunciação, do qual dependem diversas modalizações que podem ser uma influência marcante sobre o sentido do enunciado. Esse sujeito, longe de ser uma abstração, está inserido num contexto situacional, social, psicológico, cognitivo ou psicanalítico.

Não se pode aprofundar o estudo do sentido dos produtos da atividade da linguagem sem se levar em conta as condições de produção dos diferentes enunciados.

Os estudos lingüísticos encaminham-se para a enunciação, ou seja, para o ato de colocar em funcionamento a língua, através de um ato individual de utilização da mesma. Não é simplesmente o ato da fala (de parole), mas o próprio ato de produzir um enunciado. Essa produção do

enunciado - e não o texto-produto desse ato - é que passa a ser o objeto de estudo. Procura-se estudar como o locutor mobiliza a língua e quais as marcas lingüísticas resultantes desse fato: é a relação do locutor com a língua que determina os caracteres lingüísticos da enunciação.

Segundo Benveniste (1966), esse grande processo pode ser estudado sobre vários aspectos:

1. *A realização vocal da língua* - Há, sem dúvida, uma enorme variabilidade nos sons da fala. Essas variações, além de ocorrerem numa nação, numa região, numa classe, num grupo, ocorrem entre indivíduos e num mesmo indivíduo, dependendo, entre outros fatores, da situação de enunciação. Apesar da infinita variabilidade dos sons da fala, pode-se chegar ao conhecimento de uma base articulatória caracterizada de determinada língua.

2. *A transformação do sentido em palavra* - Esse aspecto - a semantização da língua - conduz à teoria do signo e à análise da significação. Pode-se estudar os processos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação se diversificam e se produzem.

3. *O quadro formal da enunciação* - Esse outro enfoque se caracteriza por definir a enunciação pelo quadro formal de sua realização. Busca-se, nesse caso, encontrar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação, a partir da manifestação individual que ela atualiza. Desses caracteres, alguns são necessários e permanentes, outros, acidentais e estão ligados à particularidade de um determinado idioma.

No estudo da enunciação, considera-se sucessivamente o próprio ato, as situações onde ele se realiza, os instrumentos utilizados para sua execução.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz, inicialmente, o locutor como parâmetro nas condições necessárias à enunciação. Antes da enunciação, a língua nada mais é do que uma possibilidade. Depois da enunciação, a língua torna-se uma instância de discurso imanente de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte, suscitando, assim, nova enunciação.

Enquanto ato individual, a enunciação pode ser definida em relação à língua como um ato de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor, quer por índices específicos, quer por meio de processos acessórios. Ao se declarar locutor e ao assumir a língua, ele estabelece a presença do outro, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro. A enunciação é sempre uma alocação onde locutor e alocutário interagem. Enquanto ato de apropriação executado por um locutor, a enunciação refletirá sempre a expressão da relação desse locutor com o mundo. Há, por parte dele, a necessidade de, através do discurso, referir-se a algo, engajando o outro nessa referenciação, estabelecendo-o como um co-locutor. Dessa forma, a referência é parte integrante da enunciação.

O ato individual de apropriação da língua por um locutor torna-o presente em seu ato de fala. Essa constante presença do locutor em sua enunciação fica marcada por formas específicas. Tais formas são como que "índices de pessoa" que são produzidos na e pela enunciação.

Além desses índices de pessoa (a relação eu- indivíduo que profere a enunciação - e tu - indivíduo aí presente como alocutário), há outras marcas específicas tais como dêiticos (que situam no espaço os objetos falados) e as formas temporais que, mais que simplesmente passado, presente e futuro, marcam o momento da enunciação. É o presente da enunciação que instaura a categoria do tempo.

Eu / tu, aqui, agora são, antes de tudo, marcas enunciativas que, por serem marcas, aparecem como nomes metalingüísticos na descrição gramatical.

Além dessas formas, a enunciação dá as condições necessárias às grandes funções sintáticas. O enunciador utiliza-se da língua para, de uma ou outra forma, engajar em sua fala o alocutário, tentando influenciar seu comportamento. Para tanto, conta com o aparelho das funções, tais como a interrogação (cuja finalidade é suscitar uma resposta), a intimação (ordens e apelos que implicam uma relação viva e imediata do enunciador com o outro numa referência necessária ao tempo da enunciação), a asserção (cujo objetivo é comunicar uma certeza do locutor em relação ao que é afirmado). A negação, enquanto operação lógica, é independente da enunciação; no entanto, a partícula assertiva não marca a presença do enunciador.

Além disso, compõem o aparelho das funções todos os tipos de modalidades formais, umas pertencentes aos verbos (modo indicativo, subjuntivo) que marcam a atitude do enunciador em relação ao que ele enuncia, outras pertencentes à fraseologia (expressões como talvez, sem dúvida, etc.) que indicam incerteza, possibilidade, indecisão, certeza, etc. ou ainda uma recusa deliberada de asserção.

O que, em geral, caracteriza a enunciação é a presença da relação discursiva entre um enunciador e um parceiro, quer seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. Essa característica estabelece, necessariamente, o que se pode chamar de quadro figurativo da enunciação; é a estrutura do diálogo (ainda que interior). Duas figuras em parceria são, alternadamente, protagonistas da enunciação.

Outros fatores devem ser estudados no contexto da enunciação: as mudanças lexicais determinadas pela enunciação, a fraseologia que é a marca freqüente, talvez necessária da oralidade, assim como a distinção entre a enunciação falada e a enunciação escrita.

A língua, ainda que forma, vive na e pela substância. A mesma sinfonia se renova a cada interpretação, porque um novo ponto de vista altera os resultados a respeito do fenômeno observado. Novos estudos trazem novas revelações a respeito do fenômeno lingüístico.

Uma abordagem da linguagem focalizando o semiótico, o social, e o funcional é proposta por Halliday. Na tentativa de abordar o significado de modo mais amplo, propõe o estudo dos sistemas de signos numa rede de relações. Segundo esse autor, uma série de sistemas semióticos constitui a cultura, vista como uma série de sistemas de significados interrelacionados, sendo a linguagem apenas um dentre muitos outros sistemas de sentido que constituem um sistema social, ou seja, uma cultura. O termo social implica ainda relações entre linguagem e estrutura social.

A linguagem, ao se manifestar em texto, tem um aspecto funcional, isto é, desempenha um papel num determinado contexto. É pelo texto que se pode chegar ao contexto, cujo significado extrapola o que é dito ou escrito, incluindo o não-verbal, e abrangendo o quadro total no qual o texto se desenvolve e onde deve ser interpretado. O texto é, por um lado, uma construção que pode ser representada sistematicamente; por outro lado, é escolha semântica contínua na rede de significados potenciais, em que cada escolha constitui o contexto para a série seguinte. Produto e processo, o texto, ao mesmo tempo que acabado, é constante acontecimento

interativo, troca social de significados; é instância de significado social num contexto particular de situação. Tal contexto está contido no texto, através de uma relação sistemática entre contexto social de uma lado, e a organização funcional da linguagem, de outro.

Para interpretar o contexto social de um texto, Halliday propõe três conceitos: campo, teor e modo. O campo do discurso é o que está acontecendo, a natureza da ação social, aquilo em que os participantes estão engajados. O teor refere-se ao status dos participantes, ao seu papel, às relações temporárias e permanentes que há entre eles. O modo diz respeito ao que está sendo representado pela linguagem, o status do texto e sua função no contexto, incluindo o canal (oral e escrito), o retórico, o que está sendo realizado pelo texto em termos de categorias (persuasão, exposição, etc.). Campo, teor e modo estão expressos no texto por traços lingüísticos particulares.

O contexto de situação, analisado em seus três componentes (campo, teor e modo), correspondendo a três metafunções (referencial, interpessoal e textual) é o contexto imediato no qual o texto funciona. Explica-se, dessa forma, por que certas coisas são ditas ou escritas em ocasiões particulares.

Há ainda outro conceito mais amplo, que é o contexto de cultura: dependendo do meio cultural, diferentes significados são atribuídos ao que é dito.

A proposta de Halliday, para se estudar a relação texto - contexto pode ser assim resumida:

1. Um texto é um complexo de significados referenciais, interpessoais e textuais.
2. O contexto de situação é a configuração de campo, teor e modo, traços que especificam o registro do texto.
3. O contexto de cultura é o quadro institucional e ideológico que dá valor ao texto e limita sua interpretação.
4. O contexto intertextual é constituído pelas relações com outros textos e afirmações que são feitas a partir dessas relações.

5. O contexto intertextual é a coerência dentro do texto, incluindo a coesão lingüística que compreende as relações semânticas internas.

Texto e contexto se criam e recriam, numa relação dialética, e é desta relação que surge o significado.

Barbisan (1994), ao estudar a relação entre texto e contexto, na perspectiva da lingüística textual, segundo a proposta de Halliday, conclui que, para explicar a importância do contexto na definição do sentido, tal proposta não parece plenamente satisfatória. Os componentes do contexto imediato - campo, teor e modo - e suas relações com as funções experiencial, interpessoal e textual denotam apenas os significados referenciais e as relações compartilhadas no contexto de comunicação entre os sujeitos empíricos eu e tu. O contexto cultural coloca os protagonistas e o próprio ato de linguagem numa rede de relações, num contexto mais amplo, mas que limita a interpretação do texto. Para explicar o sentido, a autora diz que é necessário recorrer às condições de produção, às formações ideológicas e discursivas e à pluralidade de vozes que estão na origem dos efeitos de sentido que se produzem no discurso.

2. Condições de produção do discurso

Segundo Courtine (1980), a noção de condições de produção (CP) do discurso - tanto pela posição que ocupa no sistema conceitual da análise do discurso (AD), quanto pela heterogeneidade das definições de seu conteúdo - parece constituir o lugar das dificuldades encontradas nas tentativas de teorização e elaboração dos procedimentos metodológicos no domínio dessa área de estudo.

O conceito de CP tem uma tripla origem: foi utilizado primeiramente pela Análise do Conteúdo, tal como é praticada na psicologia social, para representar as características circunstanciais em que um texto é produzido; origina-se, indiretamente, da sociolingüística (através da noção de variáveis), que reconhece a importância para a análise lingüística de fatores externos, tais como o status do emissor e do receptor, idade, sexo, situação de comunicação, etc.; tem origem implícita no texto de Harris (1952), que correlaciona o termo situação, no seu sentido de extralingüístico, ao termo

discurso . Nas três formulações, a noção de CP confunde-se com a definição empírica de situação de enunciação.

Pêcheux (1969) apresenta uma definição de CP, inscrita no esquema informacional da comunicação de Jakobson, a partir de lugares determinados na estrutura de uma formação social cujo feixe de traços a sociologia pode descrever. As relações entre esses lugares se encontram representadas no discurso por uma série de formações imaginárias, designando o lugar que o emissor e o destinatário se atribuem cada um a si mesmo, ao outro, e ao referente.

Courtine critica a definição esboçada por Pêcheux, por julgá-la incapaz de romper com as origens psico-sociológicas da noção. De acordo com o primeiro autor, os termos imagem e formações imaginárias poderiam perfeitamente ser substituídos por papel, tal como o conceito é utilizado nas teorias do papel, herdadas da sociologia funcionalista de Parson ou do interacionismo psico-sociológico de Goffman. Vista desta perspectiva, as determinações históricas do discurso transformam-se em simples circunstâncias, onde interagem os sujeitos do discurso entendidos como a fonte das relações discursivas quando, na verdade, nada mais são do que seu portador e seu efeito.

Para escapar do enfoque psicologizante, Courtine propõe uma redefinição da noção de CP, alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articuladas teoricamente com o conceito de formações discursivas (FD).

A noção de FD foi concebida por Foucault (1986) para explicar a constituição dos sistemas de saber. Reelaborada por Pêcheux (1969), tal noção assume grande importância na AD, no que diz respeito à articulação entre língua e discurso. Sob esse ponto de vista, o sentido deixa de ser determinado pela referência que a linguagem faz ao mundo. É a relação que o sujeito, inscrito numa determinada FD, mantém com o ideológico que cria os efeitos de sentido do discurso.

Percorrendo os estudos da lingüística da fala, da língua em funcionamento na comunicação, em busca da compreensão do(s) sentido(s), textos se intercalam, se acrescentam, se modificam, saberes se acumulam e novos caminhos se mostram para serem investigados. Explorando o texto, depara-se com o discurso e novas conceituações se fazem necessárias para que se compreenda como se dá a formação do sentido. Discurso, formação discursiva e sujeito são conceitos necessários

para que se possa chegar mais perto da compreensão de um sentido que, aos poucos, se faz e se transforma na prática da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBISAN, L. B. Texto e contexto. *Organon*. UFRGS, no prelo.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- COURTINE, J.-J. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*. Paris: Université de Paris X-Nanterre, 1980.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- ORECCHIONI, C.K. *L'énonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Klincksieck, 1980.
- PÉCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.